
Nunca fomos tão modernos? Notas sobre o esgotamento da modernização no Brasil contemporâneo

*Have We Ever Been So Modern? Notes on the
Exhaustion of Modernization in Contemporary Brazil*

*¿Nunca hemos sido tan modernos? Notas sobre el
agotamiento de la modernización en el Brasil
contemporáneo*

Teoria e Cultura | Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais - UFJF | ISSN:
2318-101x | v. 20, n.2, 2025 | p. 294-309
DOI: 10.34019/2318-101X.2025.v20.50401

Vladimir Ferrari Puzone (UnB)¹

Resumo

Este trabalho procura refletir a atual crise no Brasil a partir das categorias “modernização” e “brasilianização do mundo”, considerando parte da teoria social brasileira da última década sobre o esgotamento das possibilidades da modernização do país diante da crise da acumulação capitalista (Francisco de Oliveira, Paulo Arantes e Marildo Menegat). O exame dessas noções mostra a permanência das expectativas de a sociedade brasileira atingir patamares de desenvolvimento capitalista dos países centrais e os limites internos do capitalismo brasileiro. Ou seja, a dinâmica social brasileira nas últimas décadas foi alterada com o neoliberalismo, o que levou a uma exaustão de algumas formas sociais modernas que acomodam as contradições e os antagonismos. Assim, sugere-se que as tendências próprias da sociedade brasileira acompanham a crise da política institucional e o retorno de formas violentas de controle dos conflitos, repondo características da sociedade moderna que pareciam estar ultrapassadas.

Palavras-chave: Modernização. Crise. Política. Teoria Social.

¹ Vladimir Ferrari Puzone é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo e professor adjunto do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

Abstract

This work reflects on the current crisis in Brazil through the concepts of “modernization” and the “Brazilianization”. It draws on a segment of Brazilian social theory from the last decade that addresses the limitations of the country's modernization in light of the crisis of capitalist accumulation, as explored by Francisco de Oliveira, Paulo Arantes, and Marildo Menegat. The examination of these concepts reveals persistent expectations for Brazilian society to achieve levels of capitalist development comparable to those in central countries, while also highlighting the internal limitations of Brazilian capitalism. In other words, the social dynamics of the country over recent decades have been reshaped by neoliberalism, leading to the exhaustion of certain modern social forms that previously accommodated contradictions and antagonisms. Thus, it is suggested that the inherent tendencies of Brazilian society are aligned with the crisis of institutional politics and the resurgence of violent forms of conflict control, thereby reinstating characteristics of modern society that had previously seemed obsolete.

Keywords: Modernization. Crisis. Politics. Social Theory.

Resumen

El presente trabajo busca reflexionar sobre la crisis actual en Brasil a partir de las categorías de “modernización” y “brasilianización del mundo”, considerando parte de la teoría social brasileña de la última década acerca del agotamiento de las posibilidades de modernización del país frente a la crisis de la acumulación capitalista (Francisco de Oliveira, Paulo Arantes y Marildo Menegat). El examen de estas nociones revela la persistencia de las expectativas de que la sociedad brasileña alcance los niveles de desarrollo capitalista de los países centrales, así como los límites internos del propio capitalismo brasileño. Es decir, la dinámica social brasileña de las últimas décadas se ha visto modificada por el neoliberalismo, lo que ha llevado a un agotamiento de ciertas formas sociales modernas que solían amortiguar las contradicciones y los antagonismos. De este modo, se sugiere que las tendencias propias de la sociedad brasileña acompañan la crisis de la política institucional y el retorno de formas violentas de control de los conflictos, reinstaurando características de la sociedad moderna que parecían haber sido superadas.

Palabras clave: Modernización. Crisis. Política. Teoría social.

Introdução

O período da A diferença da sociedade brasileira em relação ao desenvolvimento dos países centrais do capitalismo é reconhecida pelas ciências sociais desde a arrancada modernizadora a que o país assistiu a partir da década de 1930, marco de nossa peculiar revolução burguesa. Por um lado, os ensaístas clássicos procuraram mostrar como a imagem da sociedade burguesa, com sua racionalidade e impessoalidade típicas das relações contratuais, além, é claro, da centralidade do trabalhador livre e possuidor de sua mercadoria força de trabalho, não se adequava a uma realidade na qual uma massa de indivíduos descendente diretamente dos escravizados e é tratada com a mais pura violência. Embora a persistência do atraso já tivesse sido reconhecida e descrita com ironia por Machado de Assis no século XIX, de acordo com a interpretação de Roberto Schwarz, foi somente a partir do século seguinte que a consciência das contradições da sociedade brasileira serviria de fio condutor das análises sobre o país. São muitas as figuras e instituições que pensaram o país a partir da dualidade entre o atraso e o moderno. O Brasil seria capaz de acompanhar de perto algumas das realizações do capitalismo mundial como a industrialização, a constituição de um processo político mediado por eleições frequentes e a inserção de trabalhadores em redes de proteção social e consumo de massa. Ao mesmo tempo, fincavam pé na estrutura social os latifúndios, os golpes e arbitrariedades no âmbito político, além da multidão de miseráveis que vivem da mão para a boca, e que exercem qualquer tipo de atividade para sua sobrevivência.

Por outro lado, parte significativa dos analistas e participantes da vida nacional tentava descobrir se seria possível superar essa condição na qual passado e futuro convivem. Ainda que com perspectivas diferentes entre si, autores como Celso Furtado e Florestan Fernandes compartilharam a expectativa de que o Brasil poderia em algum momento se configurar como uma sociedade moderna. É verdade que essa esperança recebeu um duro golpe a partir da ditadura implantada em 1964, acontecimento que levaria ambos a repensar aquela possibilidade. De todo modo, esses dois autores incorporaram em seus trabalhos a promessa que a sociedade brasileira parecia ter feito a si mesma em meados do século passado. É possível dizer que até mesmo o conjunto das ciências sociais e humanas foi envolvido e gestado de acordo com a perspectiva da modernização. Seguindo a trilha da sociologia desde o seu nascimento, os intelectuais brasileiros contribuiriam para o planejamento da modernização e a superação do atraso.² Até aqui, nenhuma novidade. A experiência do entrelaçamento entre arcaico e moderno no Brasil como produtor e resultado

² Aparentemente, esse papel a que as ciências sociais e humanas se atribuíram na construção nacional ficou mesmo no passado. Depois da ultra-especialização a que foram levadas a partir dos anos 1970 (o que não deixou de ter alguma relação com a expectativa anterior, já que os acadêmicos a partir de então poderiam servir de consultores a governos e mesmo empresas – seguindo de perto a expansão das consultorias num capitalismo cada vez mais financeirizado), parece não ter restado muito a elas diante da opção pela resolução violenta dos conflitos sociais. Minha suspeita é que os cortes nos gastos em nossa área de trabalho e pesquisa não são apenas fruto de um pretenso obscurantismo que ganharia vigor com a deposição de Dilma. Na verdade, às humanidades não caberia mais um papel planejador e apaziguador dos conflitos, já que a ordem das coisas aponta cada vez mais para a gestão da miséria e da precariedade – ou, como colocou Marildo Menegat (2012), a “gestão da barbárie”. Para que, então, perder tempo e dinheiro com cientistas sociais se se pode simplesmente utilizar de efetivos policiais para dirimir as “questões sociais”? Não nego que as ciências sociais ainda cumpram um papel de assessoria a governos e estados. Tal como seus antepassados, os cientistas sociais acompanham o espírito de sua época. Contudo, se até meados do século XX ainda era possível pensar na construção nacional e dirigir os processos de modernização, hoje a função exercida por nós parece ter sido relegada a sermos administradores de algo que não pode ser dirigido, uma vez que a modernidade se implantou com força por aqui. Por outro lado, os governos estaduais de Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado, expoentes e herdeiros do bolsonarismo, já reivindicam para si o uso mais do que expressivo da força policial como política pública.

da sociabilidade burguesa já foi mostrada como uma das grandes intuições de autores como Antonio Cândido e Roberto Schwarz, segundo a análise de Paulo Arantes (2021), ou mesmo de Francisco de Oliveira – que assume explicitamente as mesmas intenções de Schwarz e se inspira neste para escrever seu “Ornitorrinco” (cf. Oliveira, 2007). Tampouco a referência a eles é casual. Tomo suas análises e provocações para refletir a respeito da atualidade da questão da modernização num país da periferia capitalista. Minha intenção não é apenas mostrar que suas teses permanecem válidas, mas também possíveis limitações de algumas delas.

Eu gostaria de tecer algumas considerações a respeito da teoria social brasileira que se deteve nos últimos vinte anos sobre o caráter da modernização de nossa sociedade. Com os resultados da implantação do que se convencionou chamar de neoliberalismo, uma hipótese tem sido trabalhada para se pensar os padrões de desenvolvimento do capitalismo brasileiro em comparação com os centros mundiais. A configuração da sociedade brasileira, marcada pela presença insistente de relações e formas sociais arcaizantes, e cuja violência presente no cotidiano da maior parte de sua população se distancia das formas modernas de mediação dos conflitos, apontaria na realidade para o futuro das sociedades burguesas em todo o planeta. Sem dúvida, essa interpretação não diz respeito apenas a um país da periferia do capitalismo, mas também ao próprio desenvolvimento global das relações sociais burguesas. Há dois autores que mais recentemente vêm desenvolvendo essa hipótese, Marildo Menegat (2019) e Thiago Canettieri (2020). Mas eles mesmos assumem que a genealogia do tema remete a intérpretes mais consagrados das ciências sociais brasileiras.

“Brasilianização”

As considerações que afirmam que o futuro do mundo estaria figurado na sociedade brasileira, sobretudo com a precarização e a “virada” de uma parcela significativa dos trabalhadores, têm um capítulo importante na obra de Paulo Arantes. Em particular, o filósofo publicou em 2001 um ensaio com o sugestivo título “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização” (Arantes, 2004). O fio condutor do argumento segue mais ou menos esse raciocínio: a partir de uma revisão da literatura sobre as transformações do capitalismo ao final do século XX (incluindo aqui entusiastas da globalização), muita gente se deparou com uma estranha semelhança entre as sociedades do centro capitalista e a estrutura social brasileira. A “fratura brasileira” aludida no ensaio estaria revelando o Brasil como um paradigma dos resultados trazidos pela expansão da sociedade burguesa por todo o mundo. À primeira vista, o argumento mobilizado por Arantes a partir da crítica de autores como Manuel Castells e Ulrich Beck, para ficarmos entre alguns dos sociólogos contemporâneos mais celebrados, é um tanto desconcertante. O país que sempre fora modelo dos problemas do subdesenvolvimento passou para a vanguarda dos processos sociais do capitalismo mundializado. Por isso, o espanto de autores americanos e europeus com suas nações não seria menos surpreendente. Após décadas de reestruturação das relações entre capital e trabalho, largamente a favor do primeiro, lugares como a França ou os Estados Unidos – que outrora podiam se orgulhar de serem sociedades em que a “questão social” havia sido regulada, ou nas quais a “classe média” constituiria uma espécie de motor e modelo da prosperidade material – agora apresentavam taxas de desemprego, subocupação, pobreza e violência em nada a dever às terras brasileiras. Haveria uma curiosa convergência entre o centro e a periferia do sistema, por um lado, e as tentativas não muito frutíferas em se resolver os problemas da expansão capitalista, por outro. “Numa palavra, a América não seria mais uma sociedade burguesa – tal como o Brasil, que nem mesmo chegou a sê-lo.

Como um país periférico, nem mais nem menos, tornou-se uma sociedade partida em dois [...]” (Arantes, 2004, p. 33).

Tomando essa citação como exemplo, não deveria nos escapar algo importante a respeito das teses sobre a modernização das sociedades periféricas. Contraposto à imagem da sociedade brasileira, o mito da prosperidade da sociedade americana ou o da resolução solidária dos conflitos sociais na França do estado de bem-estar social expressam uma imagem que as sociedades burguesas fizeram de si mesmas com frequência. Se tudo ocorresse conforme o esperado, no caso americano, se todos agissem de forma a buscar seus interesses individuais e coordenados pelo mercado, a riqueza alcançaria aqueles que se esforçaram. No caso francês, se as ações entre diferentes membros de classes sociais fossem coordenadas de forma solidária mediante o estado, os conflitos sociais poderiam ser dirimidos, resgatando a imagem durkheimiana dos laços sociais modernos. Durante o século XX, essas imagens serviram de modelo de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, a expansão de suas relações e formas sociais poderia levar a prosperidade material ao resto do mundo, desde que fossem seguidos certos caminhos. Esse receituário não se restringiu a diferentes teorias da modernização nos países subdesenvolvidos – penso, por exemplo, na figura do sociólogo argentino Gino Germani. Ainda que em chave bem diferente do espírito desenvolvimentista (e do bem-estar francês) que prevaleceu até os anos 1970, os liberais e neoliberais desse lado do Atlântico não deixaram de se inspirar no que ocorria nos centros capitalistas para implementar nas últimas décadas políticas de privatização, ataque a direitos sociais e formação de todos os indivíduos como empresários. É difícil não ter se deparado com a imagem do *self-made man* americano enquanto uma comprovação do sucesso que os Estados Unidos alcançaram como centro irradiador das benesses da modernização capitalista.

À medida, porém, que avançam as crises econômicas e aumenta a desigualdade social na maioria dos países, os resultados precários daqueles mitos são confrontados cada vez mais. Tanto a imagem de uma sociedade em que o esforço desmedido pelo trabalho seria recompensado pelo bem-estar material quanto aquela em que um representante geral dos diferentes grupos acomodaria as diferentes vozes parecem gradualmente confrontadas com a realidade de um capitalismo em que não há muito a se esperar do futuro. Não por acaso, esse é um ponto que foi recentemente repisado pelo filósofo brasileiro a respeito de um capitalismo em que as expectativas – e as esperanças de um futuro melhor – são cada vez mais decrescentes (Arantes, 2014). Essa persistência em uma representação da sociedade burguesa que já foi adequada a seu funcionamento ajuda a explicar o ressentimento e o sentimento generalizado de revolta que se espalha em grande parte das pessoas, incluindo aqueles que a própria estrutura social já exclui há bastante tempo. Sugiro prestarmos atenção às conexões que existem entre, por um lado, aquele conjunto de representações que já não parece fazer mais sentido diante da realidade de um capitalismo em estágio de lenta agonia e dissolução, e a percepção de que a realidade se desmorona aos olhos dos indivíduos, por outro, para compreendermos as limitações das teses sobre a modernização. A crise múltipla que assombra a maior parte do mundo, entrelaçando crises econômicas, políticas, ambientais e as formas de dominação masculina, também pode ser entendida, em parte, a partir daquela defasagem resultante da própria expansão da modernidade. No Brasil, isso não seria diferente. Mais do que um lugar que oferece a imagem do futuro da sociedade burguesa, o país acompanha de perto algumas das tendências mais intensas do capitalismo.

Nos últimos dez anos temos assistido a uma série de protestos e manifestações, que começaram em resposta à crise financeira de 2008. Ao mesmo tempo em que muitas pessoas nos países do centro capitalista perdiam seus empregos, empresas, bancos e outras instituições financeiras recebiam uma volumosa quantidade de dinheiro. Eis aqui a origem

do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos e dos *Indignados* na Espanha. Apesar de responder a cenários distintos, em que a pobreza sempre foi traço característico e a direção dos investimentos governamentais quase nunca se dirigiu às camadas subalternas da população, os protestos e rebeliões em países da periferia como a Tunísia, o Egito e, claro, o Brasil, com as ainda relativamente indecifradas “jornadas de junho” de 2013, acompanharam o espírito da época. Diante da conjuntura de crise, parecia inicialmente que a revolta popular se espalharia pelo mundo, ameaçando os alicerces da sociedade burguesa. Pouca gente esperava que alguns anos depois estivéssemos falando de uma onda mundial da extrema-direita, vitoriosa nas eleições de vários países. Na base dessa ascensão estão grupos que criticam a perda dos valores ocidentais, a integração das sociedades com migrantes e grupos racializados, além do ataque aos movimentos feministas. Não menos importante é o fato de que muitos desses grupos foram concebidos nas redes sociais, misturando anarcocapitalismo, misoginia e fundamentalismo cristão. Ainda que seus representantes possam ser facilmente identificáveis entre jovens de “classe média”, muitos deles ligados ao mundo da tecnologia e dos *video games*, outra parcela do *backlash* a que assistimos recentemente é formado por trabalhadores desempregados no centro da capitalismo e trabalhadores precarizados em países como o Brasil. Comum a eles parece ser a sensação de que as múltiplas crises pelas quais as pessoas passam atualmente não podem encontrar uma saída senão no interior da forma com a qual todos estamos acostumados a viver. Se o que vem por aí se afigura para alguns como o apocalipse, então é melhor se preparar – seja elaborando planos para a colonização de Marte, seja para a aceitação do messias na Terra. O Brasil em que a extrema-direita domina boa parte dos debates públicos e nas redes sociais não é apenas o resultado de um retrocesso social, mas é também a versão local de uma revolta contra a ordem social e cuja forma é reafirmar essa mesma ordem.

Na seara crítica aberta por Arantes, Menegat faz uma afirmação que se adequa bem aos atuais tempos de terraplanismos e outras teorias conspiratórias. Cada vez mais presente na vida nacional, nota-se a constituição de uma “seita do fim do mundo” (Menegat, 2019, p. 144). A referência do autor se baseia num conjunto significativo de pessoas que se aferam às relações sociais burguesas e suas formas de tal maneira que não haveria outra forma de organização dos seres humanos a não ser esta em que vivemos – a despeito de sua loucura. As razões da existência desses grupos de pessoas não estão enraizadas apenas em um obscurantismo que se volta contra qualquer tipo de mudança social. Tal interpretação é bastante comum para explicar, por exemplo, a destituição de Dilma diante das políticas de cotas raciais em universidades públicas ou do aumento do consumo de mercadorias por setores das classes trabalhadoras. Contudo, ela não consegue atinar com as causas do obscurantismo e da irracionalidade manifestas na sociedade brasileira atual e encarnadas, por exemplo, por movimentos a favor de uma intervenção militar, contra a “ideologia de gênero” e a divulgação de um suposto “kit gay” durante as administrações petistas. Mais do que apenas uma intenção de retornar a um passado idílico, suas representações tresloucadas do mundo são resultado e expressão da própria racionalidade que rege a sociedade burguesa. Mais do que simplesmente um impulso reativo de determinados setores da sociedade brasileira, a “seita do fim mundo” expressa de maneira exacerbada o modo como estamos afeitos a um tipo de prática social e suas representações correspondentes.

Retornando mais uma vez às imagens e provocações de Arantes (2004, p.52), os que se aferam às formas sociais burguesas (estilizadas nas palavras de ordem “o trabalho significa o homem” e “tempo é dinheiro”) na verdade também iluminam as limitações daqueles que falam em inserir os excluídos do mercado – e, portanto, as expectativas de que

possamos alcançar os parâmetros da modernidade capitalista, mesmo quando essa já mostra sinais de esgotamento.

Trata-se, no fundo, de uma mutação antropológica, na origem de um inédito individualismo de massa, e o que mais a nova língua sociológico-gerencial puder recodificar. Como a ideia edificante de ‘inserção’ – caso fosse possível a alguém permanecer ‘fora’ da sociedade. Pela enésima vez: o desempregado não foi ‘excluído’ do mercado, simplesmente não encontra mais quem lhe compre a força de trabalho, assim como o pobre é um consumidor como outro qualquer, só que insolvável – numa palavra, o mercado é uma formação social que não admite nenhum ‘exterior’” (Arantes, 2004, p. 52).

Por um longo período, a inserção na modernidade capitalista foi pensada no Brasil por meio do emprego estável – isto é, pela carteira assinada. Agora que a estabilidade foi substituída pelo mantra da flexibilização e do empreendedorismo, a integração na sociedade capitalista passa a ser pensada de forma cada vez mais negativa. Os que se imaginam de fora e que vivem da mão para a boca querem encontrar qualquer trabalho. Enquanto for possível ganhar algum dinheiro, toca-se o barco. Algo semelhante parece valer para as fronteiras entre atividades legais e ilegais, legítimas e violentas. Se muitos acreditam que não há outro meio de viver senão trabalhar em troca de dinheiro, então não valeria a pena ingressar naquelas atividades?

Se, de fato, a convivência da modernidade com o favor (Schwarz), com a malandragem (Candido) ou com o jeitinho (Oliveira) – para ficarmos apenas em aspectos aparentemente positivos de nossa sociabilidade particular – aponta para o caráter necessariamente incompleto da modernização capitalista, é possível pensar que seus resultados por aqui são mais brutos porque aqui não há na realidade algo que permitiria a camada ideológica da igualdade formal ou da ascensão social. (Ainda que essa camada se faça presente em nossa sociedade, afinal somos uma sociedade burguesa como outra qualquer). Uma vez que a realidade dos países do centro já não facilita essa representação, que passa a entrar em curto com a realidade cada vez mais precarizada de muitos, o Brasil ofereceria a imagem do que estaria por vir. Ao mesmo tempo, o “país do futuro” iluminaria os aspectos anteriormente obscurecidos da realidade burguesa. Mas seria isso um “privilegio” por sermos periféricos, subdesenvolvidos, ou essa face nem tão oculta do mundo já estava lá desde o nascimento da sociedade burguesa?

Num certo sentido, voltamos aos problemas colocados por Schwarz (2014) em seu ensaio sobre as ideias fora do lugar. Se as perspectivas de uma sociedade igualitária no centro capitalista eram ideologia em seu sentido forte, representação distorcida da realidade, mas expressão de suas contradições, não seria duplo o desacerto em acreditar que essa igualdade poderia ser atingida por quaisquer meios modernos em uma sociedade como a nossa? Não seria também o caso de se perguntar se o Brasil não está completamente inserido nas tendências mundiais? Portanto, não poderia ser ele visto tanto como imagem do futuro capitalista quanto espelho do acontece na maior parte do mundo? (É claro que, como um espelho, a imagem não corresponde fielmente à realidade). Durante o início do século XXI no Brasil, muitos pensaram que a integração positiva era uma possibilidade em aberto, mediada pela participação nas instituições políticas. Volto-me agora a um capítulo importante da intelectualidade brasileira que fez essa aposta para, logo em seguida, mostrar como a realidade da modernização brasileira se completou por sua variante no ódio à política.

Um último esforço rumo à modernidade?

Embora a “brasilianização do mundo” possa servir para dirimir as esperanças com relação à modernização da sociedade brasileira – afinal, o mundo todo teria se curvado à necessidade de precarizar a maior parte das pessoas, levando-as a uma luta crescente e sem qualquer regulação pelos poucos recursos disponíveis – a incorporação de certas instituições da modernidade ainda permanece no horizonte das análises sobre o Brasil. Em particular, a obra de Francisco de Oliveira exemplifica as tensões e limitações que a questão da modernização apresentou nos últimos vinte anos. O herdeiro crítico de Celso Furtado pode ser servir para discutir não apenas os limites da modernização brasileira e seu modelo para a resolução dos processos globais de acumulação. Ao mesmo tempo, ele também aponta para um tipo de expectativa compartilhada com as ciências sociais francesas, a de que a política poderia ao menos civilizar a sociedade burguesa. Ou seja, o autor de *Crítica à razão dualista* não deixaria de expressar uma adesão àquele tipo de representação sobre a sociedade burguesa a que me referi acima com base na expectativa de que os laços entre os indivíduos pudessem ser regulados mediante o estado de bem-estar social.

Esse aspecto pode surpreender à primeira vista, ainda mais se tivermos em conta a perspicácia da análise da economia e da sociedade brasileira feita naquele trabalho. Sua publicação em 1972 apresentou uma ruptura com os pressupostos do desenvolvimentismo cepalino, notadamente a tese de que as relações sociais arcaicas seriam um obstáculo à modernização do país. Aprendemos com Francisco de Oliveira não apenas que os processos de ponta da modernização capitalista no Brasil, como a industrialização e a urbanização, se entrelaçavam com características que remetiam ao período colonial – como o uso de uma vasta população marginalizada e com qualificações baixíssimas, além do exemplo do mutirão, que permitia atender à reprodução de um número de trabalhadores em expansão sem que fosse necessário satisfazer suas necessidades de moradia. Para além da lição de como a sociedade burguesa se alimenta dos aspectos pré-modernos, não se tratando de uma simples herança ou não superação do passado, Oliveira nos mostrou como o centro da análise do Brasil deve ser visto nos problemas e contradições que a acumulação de capital coloca às classes e agentes. (Lição que não custa enfatizar: na sociedade moderna, o centro das atividades das pessoas é fazer a roda da economia girar. Aqui já se afigurava, pois, que a relação entre atraso e moderno tinha na desrazão da organização burguesa da vida social o núcleo de sua análise).

Por outro lado, por mais que a crítica a Furtado acertasse precisamente nos equívocos do desenvolvimentismo no país, a esperança em alguma forma de modernização permaneceu ao longo da trajetória de Oliveira. Nos anos 1990, por exemplo, ele confiava que a instituição das câmaras setoriais, fórum de negociação entre sindicalistas e montadoras de automóveis, pudesse oferecer um modelo de regulação dos conflitos sociais. Elas possibilitariam construir uma espécie de esfera pública brasileira em que interesses divergentes pudessem

ser negociados com alguma transparência; de outro lado, a disposição apresentada por capital e trabalho em reconhecer um ao outro na integridade de seus direitos. [...] Está em operação aqui algo que se poderia nomear ‘antagonismo convergente’ numa esfera pública regulada por normas pactadas pelas partes em conflito (Oliveira, 1993).

A confiança de que a sociedade brasileira encontrasse alguma forma de mediação das relações entre capital e trabalho que fugisse da selvageria do atraso continuaria na obra do autor, mesmo depois que a experiência das câmaras setoriais tivesse sido abortada. Um dos

títulos de seus livros, *Os sentidos da democracia*, não deixa de apontar para a concepção de que a política consistiria em um recurso no qual as partes conflitantes reconheceriam e admitiriam a dissonância do conflito. Não por acaso, Francisco de Oliveira se apropriou constantemente da obra de Jacques Rancière. “Política”, no sentido que dá o autor francês, “é a reclamação da parte dos que não têm parte e, por isso, se constitui em dissenso” (Oliveira, 2006, p. 265). No entanto, conforme a neoliberalização do país avançava, o autor repisaria uma ideia que descrevia a aparência do funcionamento do sistema mundo afora.

É comum nos depararmos com a tese segundo a qual o neoliberalismo é caracterizado por ter resguardado o funcionamento da economia de qualquer forma de controle ou regulação por parte dos estados. De fato, uma afirmação como essa corresponde em parte à realidade. Polítólogos como Colin Crouch (2004), Wendy Brown (2019) e Wolfgang Streeck (2018) têm insistido que as políticas econômicas são aplicadas em diferentes países seguindo uma mesma referência: garantir a continuidade da expansão da financeirização (e, por conseguinte, do próprio capital), mesmo que à revelia da vontade da maioria dos eleitores. Ou seja, diminuíram as possibilidades de uma direção por parte dos cidadãos, mediados por parlamentos e governos, que fosse capaz de discutir o destino dos recursos estatais. Haveria, portanto, um distanciamento crescente entre o capitalismo e as promessas da democracia. Onde estaria, então, o problema? Talvez ele resida na ideia difundida segundo a qual em algum momento da história da sociedade burguesa tenha existido um controle democrático dos processos de acumulação – que, por sua natureza própria, são incontroláveis. (Mesmo nos curtos momentos em que essa possibilidade se vislumbrou, como nos anos dourados do capitalismo avançado do pós-guerra, aquela forma de regulação não deixou de responder aos problemas da acumulação). Ou, por outra, que a regulação por meio das instituições políticas é apenas uma forma pela qual os conflitos são momentaneamente apaziguados, sem que as contradições mais básicas da sociedade burguesa sejam colocadas em xeque.

Partindo dessa observação, há uma antinomia nas teses de Francisco de Oliveira a respeito da modernização capitalista no Brasil. Por um lado, essa modernização só pode se realizar no país por meio de governos autoritários e ditatoriais, usando os elementos do atraso como alavanca para os negócios – *it's not personal, just business*.³ (O que não seria exclusividade nossa. Países centrais do capitalismo como Japão e Alemanha também passaram por um uma modernização violenta, a “via prussiana”. Caberia até mesmo ir além dessa constatação e se perguntar se não é desde seus momentos originários que a sociedade burguesa se valeu da violência e do sangue para continuar a existir enquanto forma abstrata de dominação das relações dos seres humanos sobre eles mesmos – que o digam as Companhias das Índias, primeiros monopólios de sucesso e que levaram o que há de mais moderno em termos do mundo burguês ao preço do massacre e da escravização). Por outro lado, a menção de Francisco de Oliveira a um autor francês que baseou suas discussões sobre política na ideia

³ Voltando ao texto de Paulo Arantes sobre a fratura brasileira do mundo, o filósofo faz outra provocação aos espectadores do capitalismo central, assustados com a aproximação cada vez maior entre o mundo dos negócios, aparentemente regido pela lisura e pela legalidade, com as negociatas mafiosas. Por conta da necessidade sempre imperiosa de expandir o capital e vencer a concorrência, “o capitalismo como lei e cidadania no núcleo orgânico está cada vez mais parecido com a nossa malandragem agora ultramoderna” (Arantes, 2004, p. 67). Apesar das aparências, as diferentes sociedades burguesas, com diferentes graus de retidão jurídica e cumprimento dos contratos, muitas vezes tiveram e têm de recorrer a expedientes como extorsão, corrupção e violência. Afinal de contas, se a concorrência é o modo pelo qual a busca pelo mais-valor se impõe aos capitalistas, então qualquer jeitinho de se apropriar de um quinhão maior de valor justifica os pecados cometidos. Novamente eu insisto, agora com base nas discussões públicas sobre corrupção que tomaram conta do Brasil nos últimos anos: seríamos um modelo para o mundo inteiro ou, como mostra a história do capitalismo mundial, malandros não são uma prerrogativa nossa? Para não insistir na história originária da acumulação capitalista, talvez baste a remissão à discussão sobre máfias e gângsteres na conformação das sociedades americana e alemã, exemplos de retidão burguesa e organização burocrática.

de que ela é movida pelo reconhecimento do dissenso aponta para a representação de que tal âmbito da sociedade burguesa poderia de alguma forma civilizar seus conflitos. Como vimos acima, esse anseio também está representado em parte da ciência política que se faz atualmente. Em um balanço da história brasileira e, mais especificamente, a respeito do primeiro governo Lula, o autor faz uma afirmação que resume o problema:

Em 2005, a economia reinava soberana, impunemente blindada pelo acúmulo de erros do período neoliberal, e a política tornava-se impotente para modificar o rumo das coisas. Ocorria um poderoso bloqueio da política e esta, por sua vez, dava lugar a uma economia sem regulação, o que reduzia o papel do Estado a quase zero. [...] O neoliberalismo não prescindiu da política. Por isso sua caracterização entre nós a partir das presidências do país. Mas o resultado que produziu foi o da virtual irrelevância da política" (Oliveira, 2018, p. 69-70).

A redução da política a um jogo de administração tecnocrática dos rumos da acumulação teria como resultado uma indeterminação das relações entre as classes.

Do ponto de vista do autor, uma contribuição importante para esse estado de coisas residiu na transformação do PT em um partido da ordem e de sua principal liderança. Ao contrário de organizar as classes trabalhadores para o conflito, o que significaria organizá-la para a participação em diversas instâncias políticas, Francisco de Oliveira acusa Lula de ter passado diretamente do sindicalismo para uma relação personalista com a classe, sem mediações. "Considero uma regressão, porque ele faz a política voltar para o culto da personalidade. As democracias modernas não têm esse culto da personalidade. Isso é antecedidão" (Oliveira, 2018, p. 155). Em um certo sentido, mesmo sem o saber, o autor descreve um fenômeno que marca os assuntos políticos na sequência das respostas à crise de 2008 e ao ciclo de protestos e mobilizações, a personalização. Que esta se apresente como um traço das democracias ocidentais, ainda mais naquelas em que a direita venceu, não parece restar muita dúvida. A questão consistiria, então, em saber por que essa tendência se apresenta com força atualmente ou, dito de outro modo, como o próprio funcionamento das sociedades burguesas e as formas como suas crises são aparentemente resolvidas, sobretudo no âmbito político, fazem nascer fenômenos aparentemente opostos à resolução impessoal dos conflitos? A aposta de Francisco de Oliveira em uma regulação do capitalismo via política não permite apontar uma resposta satisfatória à questão, pois ela não consegue entender como a crise política é outra manifestação dos limites da modernidade capitalista. Assim, sua obra pode ser vista como uma reflexão sofisticada a respeito das contradições do capitalismo brasileiro e de sua modernização, mas que expressou ela mesma os limites dessa construção. Mais uma vez, o que acontece no Brasil não deve ser respondido como uma exceção que procura se voltar ao passado. Trata-se, diferentemente, da atualização de uma tendência global.

O fim da política e a política do fim

Tendo em vista as revoltas contra a ordem burguesa para reafirmar suas formas de reprodução e a descrença com relação ao funcionamento da política, não seria mais adequado dizer que coube à própria realidade mostrar os limites da intervenção política para o funcionamento da sociedade? O andamento dessas questões no Brasil talvez tenha colocado em xeque algumas das expectativas de nosso crítico da economia política.

Interessa-me em particular o argumento de Marildo Menegat a respeito da relação que o autor faz entre as características da sociedade brasileira desde o fim da ditadura militar e a "bem-sucedida internalização do capital" no país (Menegat, 2019, p. 96). Ao contrário

das expectativas dos cientistas sociais a respeito das possibilidades da modernização brasileira – mesmo entre aqueles críticos a seus resultados e conscientes das limitações que o desenvolvimento do capitalismo impôs por aqui – o que importa destacar é que o Brasil pode ser visto como um caso bem-sucedido da socialização burguesa. Alguns dos argumentos de Menegat servem de contraponto às expectativas encontradas na obra de Francisco de Oliveira.

Com base nas discussões da teoria do valor-dissociação de Roswitha Scholz e Robert Kurz, Menegat faz uma crítica à modernidade, apontando para seu estado de dissolução. Além disso, seus trabalhos fazem uma reflexão sobre o atual estado de coisas na sociedade brasileira. Interessa em especial a remissão feita à última técnica que se apresentou para tentar conter o aniquilamento produzido pela própria sociedade. O Partido dos Trabalhadores e suas administrações, com ampla experiência nos âmbitos municipais, havia se credenciado como um gestor da sociedade brasileira, na tentativa de reerguer a combalida economia no início do século XX.⁴ Longe de imputar qualquer crítica moralista aos fracassos de parte da esquerda brasileira, como se esta tivesse traído os ideais originais da luta emancipatória dos anos 1980, Menegat indica que o PT e os movimentos à sua órbita surgiram no estertor da modernização capitalista no Brasil. Já naquele momento histórico estariam fadadas ao fracasso as tentativas de seguir os passos da civilização burguesa e, portanto, já não se encontravam mais as bases para um movimento radical. Afinal, a evolução do capitalismo global mediante a centralidade da financeirização e da precarização da força de trabalho indicava desde os anos 1980 que o sistema só conseguia sobreviver adiando indefinidamente a resolução de suas crises – para usar a imagem de Streeck (2018) acerca do tempo de sobrevida que a sociedade capitalista compra desde aquela década com dinheiro.

Faz muito tempo que o petismo se descobriu uma força saída da cartola de um feiticeiro, seja lá quem ele for. A sua adesão ao realismo político não se realizou como um mero oportunismo de uma direção traidora do programa revolucionário que, na verdade, nunca existiu. O PT já nasceu como produto de um tempo em que as revoluções andavam escassas e em baixa [...] (Menegat, 2019, p. 109).

Extrapolando um pouco o raciocínio do autor, ele nos permite pensar não apenas nas limitações dos movimentos e partidos que retomaram a modernização como projeto, mas refletir também a respeito do âmbito mediante o qual ela seria levada a cabo, a política.

Com relação ao PT, o partido nasce no final da ditadura militar, em meio às greves do ABC paulista e do surgimento de novos movimentos sociais – além, é claro, de muitos que lutaram contra a ditadura na clandestinidade. O curioso no caso do PT é que o partido foi pensado inicialmente como um instrumento de reivindicação de direitos de trabalhadores. Só pouco a pouco ele vai se inserindo nos parlamentos e governos para se tornar uma força política já no final dos anos 1980. Essa passagem e adesão à política, especialmente ao estado como meio de resolução dos conflitos sociais e horizonte de melhoria na vida de trabalhadores, se fez, seguindo a trilha deixada por Menegat, em um momento em que o estado e as instituições políticas já não podiam mais corrigir ou suavizar o curso da sociedade burguesa. Pode-se argumentar que o partido fez parte de um esforço histórico para reconstruir o país depois da ditadura militar, e que congregou desde os setores que lutaram

⁴ Aliás, cabe observar que parte dos escritos de Francisco de Oliveira se deteve justamente em uma espécie de acerto de contas do autor com o PT, partido do qual ele participou desde sua fase inicial, até o rompimento no início dos anos 2000. Insisto no ponto, pois aqui também se notam algumas das contradições da obra do crítico. Por um lado, já nos anos 1980 ele mostrava como os rumos do partido estariam marcados pela adesão problemática à forma da propaganda (Oliveira, 1985) – e aqui já se adiantava a questão de como ofereceria sua imagem como uma mercadoria política. Por outro lado, as limitações do partido se expressariam na sua incapacidade em levar adiante o conflito entre as classes.

diretamente contra ela até os setores mais esclarecidos do empresariado, passando pelos “novos personagens” dos movimentos sociais populares de que falou Eder Sader (1988). De acordo com um raciocínio bastante comum, as lutas em torno da redemocratização e por maior participação popular nas instituições políticas redundaram na constituição de 1988, que regeria a partir de então a construção de um estado social no país. Mas também cabe lembrar que a perspectiva de uma maior participação dos subalternos já havia sofrido uma derrota importante com a suavização da campanha pelas eleições diretas em 1984. As insatisfações dos movimentos populares e de trabalhadores, que neste caso entreviam em suas alas mais radicais a realização de greves gerais, acabou por ser hegemonizada pelos setores que terminariam por liderar o processo de transição (Nery, 2014).

Creio que pode ser interessante pensar a década de 1980 como um modelo da incorporação das lutas populares e de trabalhadores no Brasil, especialmente sua neutralização pela institucionalização. Essa forma de resolução dos conflitos sociais e políticos no Brasil, na qual o estado e os parlamentos abririam um espaço muito estreito de participação, serviria como eixo em torno do qual gravitariam os (nem tão) distintos governos de PSDB e PT nas décadas de 1990 e 2000. Contudo, outro tipo de análise encontra recepção mais favorável para explicar os acontecimentos e as crises brasileiras desde 2013 parte da ideia de que o arranjo político e social da Nova República teria colapsado – em grande medida porque nossas burguesias já não estariam dispostas a aceitar as reivindicações dos subalternos. Em contrapartida, eu gostaria de repensar os motivos da crise brasileira que se arrasta há quase uma década. O que aconteceu a partir de 2013 não sinaliza apenas para um rompimento das classes dominantes com o pacto firmado em 1988. Na verdade, os fenômenos que temos observado e que resultaram na organização e exposição pública sem nenhuma vergonha da extrema-direita expressam as limitações da forma pela qual a política brasileira conceve os antagonismos da sociedade. Não se trata, assim, de dizer que o pacto político firmado nos anos 1980 fora rompido, mas que ele nunca deixou de conter a possibilidade de um retorno das resoluções das crises pela direita, já que a própria forma da política entrevê essa possibilidade em seu horizonte. Uma vez que parte das esquerdas e dos movimentos organizados dos subalternos investiu no âmbito político como resolução dos conflitos e meio de ascensão social, quando este já não se mostra mais capaz, o ressentimento contra a política não se restringe apenas aos elementos de uma classe média remediada.

A “seita do fim do mundo” da qual fala Menegat pode ajudar a compreender o significado dos protestos contra a política institucional e o sentimento antipolítica que se espalhou pelo país desde 2015. Aqui é possível remeter também aos resultados e às expectativas da onda de modernização iniciada nos governos Lula e Dilma. Já foi notado por autores como Rodrigo Nunes (2022) que a promessa da inclusão social pelo aumento do consumo popular, pela financeirização da pobreza, pelo avanço do empreendedorismo entre os trabalhadores precarizados, a instituição de direitos sociais a grupos estruturalmente colocados em segundo plano como negros e empregadas domésticas, entre outros elementos, geraram um anseio por uma melhoria de vida no Brasil no início da década de 2010. Os desdobramentos do ciclo de protestos e manifestações iniciado em 2013 acabaram por reverter a sensação de que o país caminhava rumo a um estreito grupo de países que se colocava como modelo de sucesso na acumulação capitalista – vide a inclusão nos BRICS – e que ao mesmo tempo apontava para uma reorganização das disputas geopolíticas com a crise de 2008. Mais uma vez, parecia que o “país do futuro” desfazia seus sonhos para recuar num retrocesso que não se interrompe. Essa mudança abrupta foi explicada como um sinal do arcaísmo de nossas “élites”, pouco interessadas no avanço da modernidade capitalista (Souza, 2015). (Aliás, essa explicação encontra ressonância nos círculos da esquerda

saudosistas do período anterior de bonança). A intenção de permanecer de alguma forma preso ao passado escravista e predatório se encontraria ao lado da antipolítica. Não por acaso, os estratos sociais que se insurgiram contra os avanços dos governos petistas, as assim chamadas classes médias, seriam as mesmas que abraçariam membros do poder judiciário e da política profissional que se declaravam críticos da velha política. Eu sugiro que pensemos esse quadro a partir de uma outra perspectiva.

A adesão de parte das esquerdas e de organizações dos subalternos à resolução dos antagonismos da sociedade moderna à política institucional representou um rebaixamento dos horizontes de transformação social. No momento em que a revolta difusa contra os resultados da modernidade foi contraposta a um retorno a uma de suas formas, as extremas-direitas, mais capacitadas na afirmação dos valores modernos, foi bem-sucedida em captar aquele sentimento. Elas deram a este uma forma de organização: o ressentimento e o retorno da personalização. Ambos são resposta de indivíduos que, descontentes com o andamento das coisas na sociedade burguesa, não conseguem representar esta realidade a não ser a partir das formas que ela lhes impõe.

O asselvajamento da experiência cotidiana no Brasil se intensificou nos últimos anos e atinge consideravelmente as classes trabalhadoras.⁵ Assim, elas também podem se transformar em sujeitos brutalizados e que aderem a soluções violentas para as crises atuais. Quanto mais os problemas econômicos e políticos se arrastam, quanto menos as pessoas conseguem estabilidade em suas vidas e menos controle e acesso às decisões que afetam suas vidas elas têm, mais a violência direta parece ser uma solução razoável diante da incapacidade da acumulação de capital trazer de volta os empregos perdidos ou diante do fechamento das instituições políticas em relação à vontade dos eletores e representados. A escolha por Bolsonaro e a manifestação do antipetismo, que ocorrem também em setores populares, podem ser vistas como exemplos desse conjunto de problemas.

Por um lado, as pessoas percebem frequentemente que suas vidas são determinadas por um conjunto de relações sociais que lhes escapam do controle. Uma das saídas possíveis é escolher alguém que lhes apareça como capaz de salvá-las da crise. Assim, a personalização não deixa de ser uma contraparte das imposições impessoais da modernidade. Diante dos empregos perdidos ou da precarização do cotidiano, faz algum sentido dentro dessa lógica eleger alguém que apareça como salvador – ainda mais em um período em que a sensação de “salve-se quem puder” se espalhou a partir da pandemia do coronavírus. Por outro lado, se a política se apresenta (cada vez mais) como uma esfera isolada perante os indivíduos, então não surpreende que seus defensores sejam identificados como mal a ser extirpado. A ênfase desmedida na política terminou por se voltar contra seus defensores. Ambos os fenômenos não são exteriores à modernização, mas internos à sua lógica de funcionamento e expansão. Uma teoria social crítica precisa lidar com eles em um momento em que a crise da sociedade burguesa já não apresenta uma solução pacífica no horizonte.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. A fratura brasileira do mundo. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora, 2004, pp. 25-78.

ARANTES, Paulo Eduardo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

⁵ Este parágrafo retoma parte das considerações finais que fiz em outro artigo (Puzone, 2022).

- ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz*. São Paulo: s.n., 2021.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo. A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.
- CANETTIERI, Thiago. *A condição periférica*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- CROUCH, Colin. *Posdemocracia*. Madri: Taurus, 2004.
- MENEGAT, Marildo. Sem lenço nem acendo de adeus. In: *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan, 2012, pp. 25-61.
- MENEGAT, Marildo. *A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- NERY, Vanderlei Elias. Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: PINHEIRO, Milton. (org.). *Ditadura: O que resta da transição?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 247-268.
- NUNES, Rodrigo. *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transformação*. São Paulo: Ubu, 2022.
- OLIVEIRA, Francisco de. Qual é a do PT? In: SADER, Emir. (org.). *E agora, PT? Caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 10-32.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Carta aberta ao Ministro Fernando Henrique Cardoso”. 1993. Disponível em: <http://www.gustavofranco.com.br/uploads/files/CS22%20Chico%20de%20Oliveira%20carta%20aberta.pdf>. Acesso em 16 de setembro de 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: BASUALDO, Eduardo. M. e ARCEO, Eduardo. (org.). *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, pp. 265-291.
- OLIVEIRA, Francisco de. Um crítico na periferia do capitalismo. In: CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton. (org.), *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 149-152.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Brasil: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- PUZONE, Vladimir. Reconstruindo alguns temas da teoria crítica: contribuição para o debate sobre o fascismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 116, pp. 83-110, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-083110/116>.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014, pp. 47-64.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa, 2015.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.